

06 MAR 1992

Recesso pode ser adiado para que Congresso vote Emendão

BRASÍLIA — Os líderes do governo no Congresso vão propor aos partidos de oposição o adiamento do recesso de julho para agosto, a fim de que Câmara e Senado possam aprovar as matérias mais importantes da pauta e não tenham seus trabalhos prejudicados pelas eleições. O líder do governo no Senado, Marco Maciel, defendeu ontem a idéia como forma de permitir a votação de pontos do Emendão, que serão levadas à mesa de negociações na próxima semana.

— Vamos fazer um "semestre" para votar o Emendão — disse Maciel.

Ele informou que o governo começa já na segunda-feira um entendimento com os partidos de oposição sobre as propostas de alteração constitucional que prevêem a modernização da economia, a reforma do Estado e a avocatória do Supremo Tribunal Federal. De acordo com Maciel, o governo não perdeu as esperanças de aprovar o Emendão este ano, embora reconheça que os trabalhos do Congresso serão prejudicados pela eleição.

Ele disse que a negociação das propostas do Emendão será feita paralelamente aos entendimentos para aprovar projetos de importância para o Executivo, como o novo Código de Propriedade Industrial, a regulamentação dos portos e o de concessão de serviços públicos.

Para adiar o recesso de julho, basta prorrogar automaticamente a atual sessão legislativa deixando de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias até 30 de junho. O Congresso continuaria funcionando sem maiores despesas e pagamento de sessões extraordinárias e entraria de recesso em agosto, quando começaria o chamado "recesso branco". A partir de agosto, quando começa a campanha eleitoral por rádio e TV, a maioria dos parlamentares deverá mesmo permanecer em seus estados.